

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
COMISSÃO TÉCNICA PORTARIA Nº 70/SESAN/2018**

COMISSÃO TÉCNICA PORTARIA Nº 70/SESAN/2018

**CONTRATAÇÃO DE CONSULTOR INDIVIDUAL
MODALIDADE PRODUTO
IICA BRA/IICA/17/001**

Nº da Ação no Planejamento da Secretaria - 02 /2018		
Atividade do PRODOC	Código 1.1.e	Descrição: Estratégias para acesso, disponibilidade, perdas e desperdícios de alimentos ao longo de toda a cadeia produtiva, no contexto da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outros, desenvolvidas e implementadas
Número de vagas: 01		

1. OBJETIVO GERAL

Contratar consultoria para Elaboração de estratégias de qualificação para o aprimoramento e implementação da Rede Brasileira de Banco de Alimentos.

2. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada por meio do Projeto de Cooperação Técnica Internacional com o IICA - Projeto BRA/IICA/17/001 - "Segurança alimentar e nutricional: a disponibilidade e o acesso a alimentos saudáveis e o combate à pobreza rural".

O objetivo geral desse projeto é "Contribuir para a promoção do abastecimento e acesso da população brasileira à alimentação adequada e saudável, à inclusão produtiva rural e à ampliação do acesso à água para a população pobre no meio rural e garantir a segurança alimentar e nutricional para toda a sociedade, inclusive povos e comunidades tradicionais".

No âmbito do Projeto, a ação está enquadrada no Resultado 1.1, que visa Estratégias para acesso, disponibilidade, perdas e desperdícios de alimentos ao longo de toda a cadeia produtiva, no contexto da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outros, desenvolvidas e implementadas. Mais especificamente, a consultoria atenderá a atividade **1.1.e** que contempla a Elaborar estudos técnicos para s qualificação e o aprimoramento da gestão de equipamentos públicos relacionados à segurança alimentar e nutricional.

3. CONTEXTO

Os bancos de alimentos em essência constituem uma organização singular de captação e distribuição de alimentos circunscrivendo sua atuação no âmbito do abastecimento alimentar. A organização de suas atividades possibilita que alimentos em bom estado de consumo e que seriam desperdiçados e/ou perdidos possam ser destinados por meio de doação a entidades sócio assistenciais que protegem indivíduos em situação de vulnerabilidade social, econômica ou biológica.

Pela sua própria característica, necessitam de um suporte logístico bem estruturado de modo a poder captar as doações, transportá-las e distribuir para os beneficiários. Desse modo, a formação de redes locais de banco de alimentos e da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, visa favorecer a cooperação, o compartilhamento de estruturas e a comunicação entre as diversas iniciativas de bancos de alimentos de modo a potencializar a estrutura física e logística existente e contribuir para a redução do desperdício ao atender as entidades sócio assistenciais beneficiárias, com alimentos de adequada qualidade nutricional.

No Brasil existem iniciativas de bancos de alimentos públicos – sob gestão e responsabilidade dos entes subnacionais – e privados, sob a gestão de organizações da sociedade civil. Existem mapeados até o momento 221 bancos de alimentos em todo país, que se esperam conformem a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos como disposto na Portaria MDS nº 17 de 14 de abril de 2016.

A logística de captação e distribuição envolve não somente recursos humanos específicos, mas também toda uma infraestrutura a ser considerada como também processos de gerenciamento que vão desde a “aquisição” do alimento, sua movimentação e controle, até a entrega aos consumidores / beneficiários, com custos mínimos considerando o contexto de voluntariado e doação, para fins de apoio ao controle do desperdício de alimentos.

Segundo o relato de diversos bancos de alimentos, os aspectos logísticos são os grandes responsáveis pelo não aumento da captação de alimentos ou pela dificuldade em atender demandas de captação e distribuição. Além disso, é necessário ter em conta o alto custo de implantação de uma estrutura física como o Banco de Alimentos, que em 2012, estavam estimados em 1,5 milhões de reais.

Portanto, a Gestão Logística pode ser vista como o gerenciamento das atividades entre o ponto de origem e o ponto de consumo e a Gestão da Cadeia de Suprimentos pode ser vista como o gerenciamento de fluxos de produtos dentro e entre os bancos de alimentos.

Como ambos podem ser coordenados juntamente com critério que relacionam a vulnerabilidade da população brasileira para a definição de critérios ou diretrizes que apontem os espaços territoriais em que os bancos de alimentos, em diferentes modalidades, podem melhor desempenhar seu papel é um dos maiores desafios atuais.

O enfoque inicial na região Sul considera o Acordo de Cooperação Técnica nº 28/2018 com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul como parte de uma ação de incentivo a ações que visem gerar condições e instrumentos para a redução das perdas e desperdícios de alimentos, especificamente nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mediante oferta de crédito e assistência técnica aos municípios, cooperativas, agricultores familiares e outros atores da cadeia de produção e comercialização de alimentos nos referidos estados. Este acordo prevê entre suas ações "Ampliar e qualificar a rede de doação de alimentos" contexto no qual inserem-se os bancos de alimentos.

Espera-se com esta consultoria que seja apresentados modelos e critérios para aprimoramento da redistribuição de alimentos que possam ser utilizadas pela Rede Brasileira de Bancos de Alimentos.

4. PRODUTOS E ATIVIDADES

No âmbito desta consultoria, o consultor deverá realizar as seguintes atividades:

Análise da gestão logística e de cadeia de suprimentos de bancos de alimentos na região Sul país.

Desenvolver modelos de redistribuição de alimentos e demonstrar a aplicabilidade

O trabalho da consultoria correspondem a 6 (seis) produtos, conforme descritos a seguir:

Produto 01: Documento técnico contendo análise sobre a situação dos bancos de alimentos na região Sul do país – no que se refere à sua gestão e organização - e proposta de metodologia para elaboração dos estudos de caso referente à gestão logística e da cadeia de suprimento dos bancos nas cidades
Produto 02: Documento técnico contendo apresentação dos estudos de casos referente à gestão logística dos bancos de alimentos nas cidades da região Sul.
Produto 03: Documento técnico contendo apresentação dos estudos de casos referente a cadeia de suprimentos dos bancos de alimentos nas cidades da região Sul
Produto 04: Documento técnico contendo estudo exploratório sobre as possibilidades de modelos de redistribuição de alimentos para a região Sul
Produto 05: Documento técnico contendo proposta de critérios para implantação de modelos de redistribuição de alimentos da região Sul
Produto 06: Documento técnico contendo demonstração da aplicabilidade dos critérios definidos no Produto 5 para cada estado da região Sul e propor recomendações

Observações importantes: (i) o produto 01 deve apresentar na proposta de metodologia, os critérios de avaliação e os instrumentos a serem utilizados nos estudos de caso com a devida justificativa destes; (ii) o objetivo dos estudos de casos é apresentar elementos que apontem quanto a qualidade de eficiência operacional e a descrever sobre a gestão logística e de cadeia de suprimento dos casos selecionados; (iii) espera-se a apresentação de ao menos 1 (um) estudo de caso por estado da região Sul (PR, RS e SC).

5. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS

O consultor deverá garantir que os serviços executados sejam realizados com qualidade, atendendo a todas as especificações e no prazo estabelecido neste termo de referência.

O consultor deverá seguir as orientações do supervisor da consultoria e submeter os produtos para sua apreciação e aprovação em tempo hábil para que seja

possível a realização de ajustes que venham ser necessários dentro do prazo da entrega do produto.

O produto entregue pelo consultor, aprovado pelo supervisor do contrato, deve ser enviado via e-mail em formato PDF e Word (".DOC" - versão 2010 ou similar) certificado pelo consultor através da Declaração de Autoria de Produto via Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

Não serão aceitos produtos que apresentem mera reprodução de conteúdo da internet ou livros de outros autores sem os créditos devidos ou ainda sem que tais conteúdos sejam minimamente tratados/analísados pelo consultor.

Não serão aceitos produtos que apresentem textos já escritos pelo consultor em outros produtos ou publicações sem referência a eles. O produto elaborado requer ineditismo.

Os produtos serão pagos após a aprovação pelo supervisor do contrato, pelo Diretor Nacional de Projetos e Supervisor do Projeto no IICA.

A estrutura dos Produtos deverão estar em conformidade com o “Manual para apresentação de relatórios técnicos, produtos e consultoria (IICA)” – março de 2009, que poderá ser obtido no seguinte endereço eletrônico [www.iicabr.iica.org.br/publicacoes/manual-para-apresentacao-de -relatorios-tecnicos-produtos-e-consultoria](http://www.iicabr.iica.org.br/publicacoes/manual-para-apresentacao-de-relatorios-tecnicos-produtos-e-consultoria).

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E DURAÇÃO DA CONSULTORIA

A duração dos serviços de consultoria será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do Contrato, e a entrega dos produtos ao longo desse período será realizada conforme o cronograma expresso na Tabela 1.

Tabela 1: Cronograma de entrega dos produtos e respectivo percentual de remuneração.

Produtos esperados	Cronograma de entrega (dias acumulados contados a partir da data de assinatura do Contrato)	Percentual de remuneração (%)	Valor do produto
Produto 01: Documento técnico contendo análise sobre a situação dos bancos de alimentos na região Sul do país – no que se refere à sua gestão e organização - e proposta de metodologia para elaboração dos estudos de caso referente à gestão logística e da cadeia de suprimento dos bancos nas cidades	60 dias após a assinatura do contrato	12%	R\$ 12.000,00
Produto 02: Documento técnico contendo apresentação dos estudos de casos referente à gestão logística dos bancos de alimentos nas cidades da região Sul.	120 dias após a assinatura do contrato	12%	R\$ 12.000,00

Produto 03: Documento técnico contendo apresentação dos estudos de casos referente a cadeia de suprimentos dos bancos de alimentos nas cidades da região Sul	180 dias após a assinatura do contrato	12%	R\$ 12.000,00
Produto 04: Documento técnico contendo estudo exploratório sobre as possibilidades de modelos de redistribuição de alimentos para a região Sul	240 dias após a assinatura do contrato	14%	R\$ 14.000,00
Produto 05: Documento técnico contendo proposta de critérios para implantação de modelos de redistribuição de alimentos da região Sul	300 dias após a assinatura do contrato	15%	R\$ 15.000,00
Produto 06: Documento técnico contendo demonstração da aplicabilidade dos critérios definidos no Produto 5 para cada estado da região Sul e propor recomendações	360 dias após a assinatura do contrato	35%	R\$ 35.000,00

7. CUSTO TOTAL

O custo total da consultoria é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sendo destinados ao pagamento de dos produtos, cumpridas as obrigações contratuais.

Os serviços serão remunerados em moeda nacional corrente, de acordo com a entrega dos produtos, uma vez aprovados pelo Supervisor do Contrato, pelo Diretor de Projetos e Supervisor do Projeto no IICA.

8. INSUMOS

Os custos de deslocamento, alimentação e hospedagem em viagens consideradas essenciais para a execução das atividades previstas neste Termo de Referência serão custeados pelo Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/17/001 “SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - MDS”. A SESAN/MDS disponibilizará documentos, materiais e insumos que julgar necessário para a execução da consultoria.

9. LOCALIZAÇÃO DA CONSULTORIA

Local de residência do consultor. Os custos com deslocamento nos trechos referentes ao local de origem/Brasília/origem poderão ser arcados pelo Projeto. Além disso, sendo necessário o consultor poderá realizar viagens que contribuam para a elaboração dos produtos.

10. QUALIFICAÇÃO MÍNIMA DA CONSULTORIA

Poderão participar da seleção, profissionais que tenham, no mínimo, a qualificação descrita abaixo, que será verificada mediante aplicação dos critérios de avaliação distribuídos entre formação acadêmica e experiência profissional, respectivamente 30% e 70% dos pontos totais:

Requisitos obrigatórios

Formação acadêmica: graduação na área de ciência e tecnologia de alimentos / ciência de alimentos / tecnologia de alimentos / engenharia de alimentos
Experiência profissional: experiência mínima comprovada em cadeia de suprimentos, distribuição, e logística de 5 anos.
Outros critérios de avaliação
Formação acadêmica: Especialização em gestão empresarial ou pública; cursos na área de melhoria de processos e de logística
Qualificação/Experiência Profissional: experiência profissional em soluções para a redução de perdas e desperdícios em processos produtivos e na elaboração de documentos técnicos de análise e proposições na área de perdas e desperdícios de alimentos, bancos de alimentos e/ou segurança alimentar e nutricional;

11. MÉTODO DE SELEÇÃO

A seleção tem como fundamento legal o Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004 e a Portaria MRE nº 8, de 4 de janeiro de 2017.

11.1. RECEBIMENTO DOS CURRÍCULOS

Os currículos deverão ser anexados, obrigatoriamente, no momento do cadastro, no site do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA (<http://www.iica.int/pt/content/pessoa-fisica>) em “Oportunidades”, “Pessoa Física”, após cadastra-se é necessário clicar em “Desejo participar” no processo seletivo onde está inserido este termo de referência. Solicita-se especial atenção no que se refere ao preenchimento das informações sobre os critérios solicitados neste Termo de Referência.

11.2. ANÁLISE CURRICULAR

A Comissão de Avaliação definirá o(a) candidato(a) melhor qualificado(a) nesse certame com base na análise de currículo.. A comprovação documental das informações curriculares é parte integrante do processo.

O perfil requerido e a capacidade do especialista serão aferidos com base no currículo acadêmico apresentado e na experiência profissional. As qualificações profissionais exigidas têm caráter eliminatório e haverá pontuação classificatória para seleção.

A análise curricular ocorre em duas fases:

1ª Fase – Nesta fase, os currículos dos candidatos serão analisados para verificação do cumprimento dos requisitos obrigatórios (e, portanto, eliminatórios), de acordo com as qualificações de formação acadêmica e experiências profissionais informadas no item 10 deste Termo de Referência.

2ª Fase – Nesta fase, serão pontuados, exclusivamente, os currículos válidos, ou seja, aqueles que obtiverem resposta “SIM” em todos os requisitos obrigatórios. A pontuação será o resultado da análise dos critérios de formação acadêmica e experiência profissional informadas no item 10 deste Termo de Referência, conforme a tabela abaixo:

CRITÉRIOS DE FORMAÇÃO ACADÊMICA	PONTOS
Graduação em: Graduação na área de ciência e tecnologia de alimentos / ciência de alimentos / tecnologia de alimentos / engenharia de alimentos	Até 30 pontos
Pós-graduação: em gestão empresarial ou pública	
Cursos: na área de melhoria de processos e de logística	
CRITÉRIOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	PONTOS
Experiência profissional em: experiência mínima comprovada em cadeia de suprimentos, distribuição, e logística de 5 anos.	Até 70 pontos
Experiência profissional em atividades de: experiência profissional em soluções para a redução de perdas e desperdícios em processos produtivos	
Experiência na elaboração de: documentos técnicos de análise e proposições na área de perdas e desperdícios de alimentos, bancos de alimento se/ou segurança alimentar e nutricional	

As pontuações serão distribuídas entre os critérios de formação acadêmica e de experiência profissional de acordo com critérios objetivos pré-estabelecidos pela Comissão Técnica de Seleção.

Serão classificados candidatos que obtiverem no mínimo 60 pontos.

11.3. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

Será solicitado ao candidato com maior pontuação na soma dos pontos obtidos na análise curricular a apresentação de cópias autenticadas dos documentos declarados no currículo, a serem listados pela Comissão Técnica de Seleção, no o prazo de até 5 dias úteis. O candidato que não apresentar os documentos solicitados no prazo estipulado, será automaticamente desclassificado. Diante disso, caso ocorra, será convocado o candidato que obter a segunda maior pontuação ou elegível para a apresentação dos documentos e assim sucessivamente.

Após a apresentação de toda a documentação, e previamente à contratação, será convocada uma Reunião de Negociação para Contratação, na qual serão discutidos o Termo de Referência, plano de trabalho, a metodologia, insumos (viagens, material, etc), método de coleta de dados e condições do contrato, etc.. A reunião ocorrerá na presença do candidato, dos 3 membros da Comissão Técnica de Seleção e de um membro da equipe da Diretoria de Cooperação Técnica, e poderá ser feita por áudio ou videoconferência caso o consultor não resida em Brasília.

12. Restrições para contratação de servidores públicos, professores federais e bolsistas.

Segundo Decreto 5.151/2004, não pode ser contratado servidor ativo, ainda que licenciado, da administração pública federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios, direta ou indireta, bem como de empregado de suas subsidiárias e

controladas. O candidato também não deve pertencer ao quadro funcional das instituições de ensino superior qualificadas para atuar enquanto agências implementadoras. Durante a vigência da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2018 é permitida a contratação de servidores públicos que se encontrem em licença sem remuneração para tratar de interesses particular.

Ainda, durante a vigência da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2018 é permitida a contratação de professor de Universidades, inclusive os de dedicação exclusiva, para realização de pesquisas e estudos de excelência, desde que: haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem de inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas. Os projetos de pesquisas e estudos devem ser aprovados pelo dirigente máximo do órgão ou da entidade ao qual esteja vinculado o professor.

Em conformidade com o artigo 1º da Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES.

Conforme a Lei nº 12.813/2013, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Público Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego, configura conflito de interesses após o exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal (alínea c, inciso II do artigo 6º):

...

II – no período de 6(seis) meses, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria, salvo quando expressamente autorizado, conforme o caso, pela Comissão de Ética Pública ou pela Controladoria-Geral da União:

...

c)celebrar com órgãos ou entidades do Poder Executivo federal contratos de serviço, consultoria assessoramento ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego;...

A autorização da contratação pela CGU deverá dar-se nos termos da Portaria Interministerial nº 333/2013 e da Portaria 351/2014 do MDS.

Ainda, nos termos da Lei nº 12.813/13, o candidato deve informar no currículo a informação sobre parentesco com servidor ou ex-servidor do Ministério Do Desenvolvimento Social. Caso haja parentesco, previamente à contratação, deverá haver consulta à Comissão de Ética sobre possível risco de conflito de interesse.

É vedada a contratação de candidato que tenha participado, mesmo que pontualmente, dos trabalhos de concepção, construção, autorização ou publicação do edital em questão.

13. SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO DA CONSULTORIA

O acompanhamento dos trabalhos será de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, sob gestão do Diretor do DEISP, juntamente com a Coordenação Técnica do IICA.

14. PROPRIEDADES

Todas as peças (estudos, relatórios, pesquisas, informações ou outros materiais, incluindo gráficos, arquivos, documentos e dados eletrônicos) produzidas pelo

contratado, fruto deste Termo de Referência, inclusive originais e arquivos em meio digital, independente dos meios de informação em que se encontrem produzido pelo Contratado sob este contrato, deverão ser entregues antes da data de término do contrato e pertencerão exclusivamente à contratante.

O(A) Contratado(a) não poderá fazer uso das informações produzidas por ele relativas aos produtos, a não ser que, expressamente, seja acordado entre as partes e devidamente registrado no Contrato.

O conjunto das peças citadas anteriormente será incorporado ao acervo do MDS, podendo ainda ser publicado posteriormente conforme a vontade da contratante.

15. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O(A) candidato(a) interessado, caso ainda não tenha cadastro como consultor do IICA, deve cadastrar-se em <<http://www.iica.int/pt/content/pessoa-fisica/>>, em “Oportunidades”, “Pessoa Física”, selecionando esta vaga desejada (Termo de Referência) e preencher os dados de currículo.

Caso o(a) candidato(a) seja cadastrado como consultor do IICA, basta realizar o *Login* no sistema do IICA e optar por enviar o currículo para esta vaga. **Não serão recebidos currículos por outros meios.** Caberá ao consultor explicitar, no currículo enviado, o atendimento aos requisitos desejados, com o período em meses de atuação em cada requisito.

O(A) Consultor(a) será responsável pelo pagamento de todos os encargos tributários, sociais e trabalhistas, referentes ao contrato, de acordo com as leis brasileiras que regem a contratação de autônomo.

Não será proporcionado ao(a) Consultor(a), seguro social (INSS), por acidentes de trabalho, de saúde, de acidentes ou de vida, nem lhe serão concedidas férias, licença por enfermidade ou qualquer outro emolumento durante a vigência do Contrato.

O(A) Consultor(a) deverá executar as atividades constantes neste Termo de Referência de acordo com os mais elevados padrões de competência e integridade profissional e ética.

Ao preencher o currículo, o candidato deverá descrever minuciosamente as experiências profissionais e se atentar para a precisão no emprego das palavras, de forma a deixar claras as atividades desempenhadas e os níveis de conhecimento e experiência em relação aos critérios de avaliação previstos no Edital. É recomendável especificar, por exemplo, para cada experiência, a data completa de início e fim, o tipo de vínculo, a instituição demandante ou à qual estava vinculada, o nome ou descrição dos projetos envolvidos, as atividades desenvolvidas e quaisquer outras informações que o candidato achar relevante para a sua avaliação. Devem constar como experiências separadas diferentes funções que o candidato exercer em uma mesma instituição.

No que se refere à formação acadêmica, o candidato deverá informar os cursos realizados, data de início e término e o nível do curso. Além disso, deverá incluir no campo de informações relevantes os temas da monografia, dissertação e tese, quando houver.

As informações prestadas devem ser relevantes para a consultoria que está sendo contratada.

Eventualmente poderão ser solicitados, por e-mail, esclarecimentos adicionais quanto à experiência profissional e acadêmica dos candidatos.

Será solicitado ao consultor selecionado comprovar, antes de sua contratação, experiência profissional e acadêmica dos requisitos nos quais foi pontuado.

No caso de experiência laboral, serão aceitos atestados tais como: declaração do empregador com a descrição da atividade e sua duração e/ ou a cópia de

publicação de portarias de nomeação em diários oficiais (municipais, estaduais ou da União). No caso de publicações, a comprovação será feita pela cópia da capa e sumário do volume em questão, acompanhado da cópia da ficha catalográfica em que conste o ISBN ou o ISSN pertinente. No caso de processos de formação, a comprovação será feita pela cópia do diploma ou certificado em questão. Para a comprovação de títulos de pós-graduação, na impossibilidade de apresentação da cópia dos diplomas correspondentes, será aceita, alternativamente, cópia da ata de defesa do trabalho final (monografia, dissertação ou tese, conforme o nível) acompanhada do respectivo histórico escolar.

16. FONTE DE RECURSOS

Os recursos para pagamento do Contrato de Prestação de Serviços regulamentado por este Termo de Referência são oriundos do MDS, alocados ao Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/17/001 “SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - MDS”.

17. PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO

O candidato aprovado no processo seletivo deverá realizar os seguintes passos, quando solicitado pela Coordenação do Projeto:

- Preencher a Ficha Cadastral do IICA que será enviada pelo Projeto;
- Apresentar/Encaminhar os seguintes documentos solicitados:
- Original ou cópia autenticada dos diplomas de formação acadêmica e comprovantes de experiências profissionais;
- A Coordenação do Projeto encaminhará ao Escritório do IICA no Brasil a solicitação para a contratação do consultor, que receberá as vias do contrato para assinatura e devolução posterior.
- Cópia de CPF, RG (que contenha o número do CPF) e ou identidade profissional;
- Comprovante de inscrição na Previdência Social como autônomo.

A Coordenação do Projeto encaminhará ao Escritório do IICA no Brasil a solicitação para a contratação do consultor, que receberá as vias do contrato para assinatura e devolução posterior.